



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE VASSOURAS

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
R.U.
Disençada
Unica
26/10/95
PROVADO EM
Presidente

Autógrafo

Lei nº 1.728

de 06 de Novembro de 1995

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentária para o Exercício de 1996 e dá outras providências correlatas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas nos termos desta Lei, as Diretrizes Gerais para elaboração dos Orçamentos do Município para o Exercício de 1996.

Art. 2º - O Projeto-de-Lei Orçamentária estimará os valores de RECEITA e fixará os valores da DESPESA de acordo com os Preços e Índices inflacionários com as variações respectivas, vigentes no Mês de Julho de 1995, aplicando-se-lhes as previsões variáveis para o período compreendido entre os Meses de Agosto e Dezembro de 1995 e Exercício de 1996.

Art. 3º - Não poderão ser incluídas despesas com aquisição, início de obras para construção ou ampliação, ressalvadas as relacionadas no Plano plurianual vigente e suas alterações posteriores expressamente especificadas na Lei Orçamentária.

CAPÍTULO II DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

SEÇÃO I DAS DIRETRIZES COMUNS

Art. 4º - O montante das DESPESAS dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, não deverá ser superior ao das RECEITAS.

Parágrafo Único - As DESPESAS poderão, excepcionalmente, no decorrer do exercício superar as RECEITAS desde que o excesso das DESPESAS seja financiado por operações de crédito, nos termos do Art. 129, Inciso III, da Lei Orgânica Municipal.

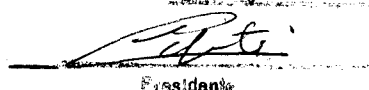
Art. 5º - As DESPESAS com pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do Índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1995, podendo, ainda, ocorrer livre negociação entre representantes dos Servidores e o Poder Executivo respeitado em ambos os casos, o limite estabelecido no Art. 202 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 6º - Os Cargos de provimento efetivo, cuja vacância ocorrer no exercício de 1996, poderão ser preenchidos integralmente através da realização de Concurso de Provas e Títulos.

Parágrafo Único - No exercício de 1996, não poderão ser criados novos Cargos ou ampliado o número de vagas existentes, ressalvados os casos relativos à criação ou ampliação dos serviços municipais através de Lei Complementar, de conformidade com as disponibilidades existentes.

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
R. U.
Dissensão
Unica

APROVADO EM 26/10/95


Presidente

Art. 7º - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional não poderão ter aumento superior à de índices de reajustes oficiais em relação aos créditos correspondentes no Orçamento de 1995, salvo se comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, preços liberados, incremento de serviços prestados à comunidade ou novas atribuições recebidas no exercício de 1995 ou no decorrer de 1996.


Parágrafo Único - Para efeito de cálculo do disposto neste artigo, não serão consideradas as despesas indicadas nos artigos 3º, 5º e 8º, desta Lei.

Art. 8º - As DESPESAS com juros, encargos e amortização de dívida, deverão considerar apenas as operações contratadas e autorizações concedidas até a data do encaminhamento de Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 9º - O relatório bimestral de que trata o Artigo 114 da Lei Orgânica Municipal, demonstrará por Categoria de Programa de cada Órgão, segundo a Unidade Orçamentária, as DESPESAS realizadas.

Art. 10 - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de quaisquer recursos do Município para Clubes e Associações de Servidores ou outras Entidades congêneres, excetuadas, Creches e Escolas para o atendimento Pré-Escolar.

Art. 11 - O Município incluirá no Projeto de Lei Orçamentária, dotações à título de auxílios e subvenções sociais, com fins exclusivos para transferência de recursos à Entidades Privadas sem fins lucrativos, desde que :

CÂMARA MUNICIPAL DE PASSOS
R.U.
Discussão Unificada
APROVADO EM 26/10/95

Presidente

I - Sejam registradas no Conselho Nacional de Serviço Social, ou,

II - Atendam o disposto nos Artigos 174, Parágrafo Único e 175 da Lei Orgânica Municipal, ou

III - Sejam vinculadas à Organismos Internacionais.

Parágrafo Único - Com a finalidade de incentivar à prática desportiva, os recursos a que se referem este Artigo, poderão ser destinados, exclusivamente, à Liga Desportiva do Município, e, outras entidades beneficiadas por legislação complementar.

Art. 12 - As RECEITAS Municipais serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades e vinculações legais obrigatórias, aos gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Juros, Encargos e Amortizações da Dívida, Contrapartida de Financiamentos, outros de Manutenção e Investimentos prioritários.

SEÇÃO II DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 13 - Na fixação das DESPESAS serão observadas as prioridades constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

Art. 14 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo até 20 de Agosto de 1995, a Proposta Orçamentária de suas DESPESAS para integração ao Projeto de Lei, obedecidos os seguintes limites em sua elaboração :

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
A. V.
Dispositivo Único
APROVADO EM 26/10/95
Presidente

II - As DESPESAS com custeio administrativo e operacional, ressalvadas as com Pessoal e Encargos, observarão o disposto nos Artigos 3º e 7º desta Lei.

Art. 15 - O Orçamento da Seguridade Social obedecerá ao definido nos Artigos 194 , 196 , 201 e 203 da Constituição Federal e contará dentre outras com :

II - RECEITA derivada da Arrecadação de Impostos e Taxas pelo Município.

Art. 17 - Na fixação das DESPESAS observar-se-ão as prioridades constantes do Plano Plurianual e suas alterações posteriores.

Parágrafo Único - O Orçamento da Seguridade Social discriminará transferência de recursos do Município para o Órgão Federal da Previdência Social destinados a efetivação legal das ações e direitos pertinentes.

CANAL 10
 R. V. Promissal Unica
 APROVADO EM 26/10/95
 [Signature]
 [Stamp: 10]

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 19 - Na Lei Orçamentária Anual, integrada conjuntamente pela programação dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, a discriminação da DESPESA far-se-à por categoria de programação, indicando-se pelo menos para cada uma:

- I - O Orçamento de Origem e,
- II - A natureza das despesas.

Parágrafo Primeiro - Dentre outros demonstrativos, a Lei Orçamentária incluirá:

I - Das Receitas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social bem como, do conjunto dos dois Orçamentos;

II - Da natureza da despesa, por órgão e unidade orçamentária;

III - De despesa por fonte de recurso, por órgão de Unidade Orçamentária;

IV - Dos recursos destinados a manutenção e desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no Art. 173 da Lei Orgânica Municipal;

V - Dos recursos destinados a Saúde, em cumprimento do disposto no Art. 158, Parágrafo Segundo, da Lei Orgânica Municipal;

VI - Dos investimentos consolidados nos orçamentos do Município.

Parágrafo Segundo - As Categorias de programação de que trata o "caput" deste Artigo, serão identificadas por subprogramas segundo os projetos e atividades, os quais especificarão as respectivas metas ou a ação a ser desenvolvida.

CAMARA MUNICIPAL DE PASSOULAS
P. V.
Dismissal
Unica
APROVADO EM 26/10/95
Presidente

Parágrafo Terceiro - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, DESPESAS à conta, de investimentos em regime de execução especial ressalvados os casos de calamidade pública previstos na Legislação Federal aplicada à espécie.

Art. 20 - Para informação do Poder Legislativo, deverá constar na proposta orçamentária, ao menor nível da categoria de programação, relacionada pela natureza da DESPESA, a origem dos recursos obedecida a seguinte discriminação:

I - Não vinculados;

II - Da Seguridade Social;

III - Aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV - Vinculados, inclusive, RECEITAS originárias da transferência de Convênio;

V - Outras vinculações previstas na Lei Orgânica do Município;

VI - Decorrentes de Operações de Crédito.

Art. 21 - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com a forma e detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

Art. 22 - Os Créditos terão a forma, o nível de detalhamento e as informações estabelecidas nesta Lei, especialmente, no Art. 19, Parágrafo Primeiro e Parágrafo Segundo, bem como a indicação dos recursos correspondentes.

LEI Nº 1.111/95
DISMISSÃO ÚNICA
APROVADO EM 26/10/95
Presidente

Art. 23 - A prestação de contas anual do Município, independentemente de outros demonstrativos e esclarecimentos incluirá relatório de execução com a forma de detalhes apresentados na Lei Orçamentária.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 - Serão considerados prioritários os projetos constantes do Plano Plurianual vigente e suas alterações posteriores.

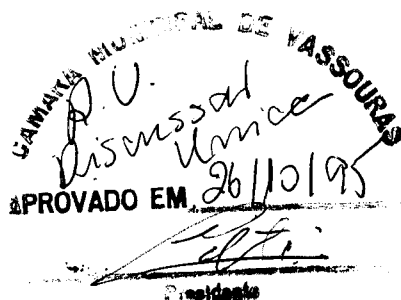
Art. 25 - Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda a coordenação e elaboração dos orçamentos que trata desta Lei.

Art. 26 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vassouras - RJ, de de 1995.



RENATO ANTONIO IBRAHIM
Prefeito Municipal



ANEXO I

I - ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- 01 - Revisão e atualização da remuneração dos agentes políticos municipais: Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
- 02 - Manutenção e Operacionalização das Unidades Administrativas do Município;
- 03 - Manutenção dos Serviços de Processamento de Dados relativos às áreas de tributação, arrecadação, contabilidade e administração de pessoal;
- 04 - Informatização do Setor de Material e Patrimônio;
- 05 - Concessão de Vale-Transporte aos Servidores Municipais;
- 06 - Manutenção do serviço de divulgação dos atos administrativos municipais;
- 07 - Manutenção do serviço de pagamento da dívida contratada junto aos órgãos previdenciários federais (INSS e FGTS);
- 08 - Aquisição de material permanente e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e artigos de escritório);
- 09 - Cobrança de taxas pela utilização do uso do solo e subsolo das vias e logradouros públicos;
- 10 - Manutenção dos veículos municipais de quaisquer natureza.

II - POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURAL e DESPORTIVA

- 01 - Construção, ampliação e reforma de Creches para atendimento da criança de 0 à 06 anos de idade;
- 02 - Manutenção do ensino pré-escolar;
- 03 - Manutenção do ensino do primeiro grau;

MANEJO MUNICIPAL DE VASSOURAS
R. V.
Discretal
26/10/95
PROVADO EM
Presidente

04 - Construção, ampliação e reforma de Unidades Escolares para atendimento ao pré-escolar e primeiro grau;

05 - Construção e reforma de quadras poliesportivas e parques infantis para a prática de esportes e lazer;

06 - Ampliação e reforma do Estádio Municipal "Ernani do Amaral Peixoto";

07 - Participação e Realização de Jogos Escolares através de competições de várias modalidades desportivas, visando a integração do meio estudantil municipal;

08 - Concessão de bolsas de estudos nas áreas do primeiro e segundo graus de ensino para suprimimento da demanda, em virtude de comprovada deficiência de vagas nas escolas públicas;

09 - Promoção de atendimento educacional à deficientes através de transferência de recursos à Sociedade Pestalozzi;

10 - Distribuição de material didático;

11 - Aquisição e distribuição de merenda escolar e serviços correlatos convêniados;

12 - Concessão de Vale-Transporte aos professores da rede municipal de ensino;

13 - Treinamento de recursos humanos - realização de cursos de reciclagem do magistério municipal;

14 - Promoção e realização de atividades culturais;

15 - Aquisição de material permanente e equipamentos (mobiliário, veículos, máquinas e equipamentos de uso escolar);

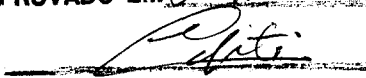
16 - Aquisição e distribuição de uniformes e material desportivo aos alunos da rede municipal de ensino.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
R. V. VASSOURAS
Discussão Unica
PROVADO EM 26/10/95
[Assinatura]

ANEXO II

SEGURIDADE SOCIAL

- 01 - Manutenção do atendimento à saúde da população através da transferência de recursos para o Fundo Municipal da Saúde;
- 02 - Manutenção e operacionalização das Unidades de Saúde através do Fundo Municipal da Saúde;
- 03 - Manutenção e operacionalização do Fundo Municipal da Saúde;
- 04 - Implantação do serviço de proteção e defesa da criança e do adolescente;
- 05 - Implantação das ações básicas de saúde;
- 06 - Manutenção dos pagamentos de aposentadorias e pensões.

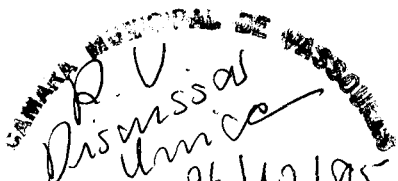

CAMARA MUNICIPAL DE YASSOURAS
P. V.
Discussão
União
PROVADO EM 26/10/95

Presidente

III- TURISMO

- 01 - Promoção, realização e participação em eventos turísticos de quaisquer natureza;
- 02 - Construção de Mirante no Morro da Torre para icentivar o turismo da região.

IV- DESENVOLVIMENTO URBANO, SOCIAL E ECONÔMICO

- 01 - Manutenção dos serviços de limpeza pública;
- 02 - Aquisição de equipamentos e material permanente destinados ao serviço de limpeza pública;
- 03 - Manutenção dos serviços de iluminação de vias, logradouros e prédios públicos;
- 04 - Manutenção de praças e jardins do Município;
- 05 - Aquisição e distribuição de uniformes completos aos trabalhadores em serviço nas vias e logradouros públicos, parques, jardins, e garagem municipal;
- 06 - Obras diversas de saneamento ambiental (galerias, esgotos e rede coletoras;
- 07 - Construção. Aquisição. Conclusão e melhorias de unidades habitacionais, para famílias de baixa renda.
- 08 - Construção de Centros Comunitários para atendimento social e de lazer às comunidades carentes;
- 09 - Pavimentação e drenagem de diversas ruas do Município (Sede e Distritos);
- 10 - Construção de pontes em vias e logradouros públicos;


Dismissal
Unico
PROVADO EM 26/10/95

Presidente

- 11 - Realização de obras de infraestrutura básica para o advento e desenvolvimento de atividades produtivas;
- 12 - Participação e promoção de festas populares e exposições de quaisquer natureza;
- 13 - Publicidade informal das promoções festivas e de investimentos de natureza econômica promovidos pelo Município;
- 14 - Promoção de apoio ao setor rural através de concessão de auxílio financeiro à Emater.

CÂMARA MUNICIPAL DE VASSOURAS
P. U.
Discurso
União
APROVADO EM 26/10/95
Presidente